

DOCTRINA

A REPÚBLICA DE WEIMAR E OS MOVIMENTOS OPERÁRIOS

Candy Florêncio Thome (*)

Sumário: 1. Introdução. 2. O direito do trabalho e o movimento operário na República de Weimar. 3. Constituição de Weimar e direitos sociais. 4. Conselhos de empresa, conselhos econômicos, conselhos distritais de trabalhadores e Conselho Nacional dos Trabalhadores. 5. Enfraquecimento dos sindicatos. 6. Considerações finais.

1. Introdução

A Constituição de Weimar é conhecida por ser uma das primeiras constituições a prever, de maneira expressa, os direitos sociais, mas a República de Weimar é, também, conhecida por ser um período marcado por crises. Crise política, crise econômica, crise de legitimidade, crise cultural.

A crise política é gerada por vários fatores, dentre os principais, uma amarga derrota na 1ª Guerra Mundial, acompanhada de um Tratado que colocava fim à guerra, declarando a culpa da Alemanha (1) e os anteriores conflitos com movimentos comunistas e com os setores tradicionais da Alemanha, bem como os movimentos de ultra-direita, havendo duas tentativas de golpe.

A crise econômica é causada pela 1ª Guerra Mundial, que deixou a Alemanha esgotada e esfomeada e pelo Tratado de Versalhes, assinado em 28/06/1919, em que ficou determinado que a Alemanha pagaria grandes valores aos países vencedores.

A crise de legitimidade surge diante das tendências diversas e piora com a maioria negativa no parlamento, bem como a posição conservadora do Poder Judiciário, com decisões brandas para aqueles que atentavam contra os fundamentos da República.

A crise cultural dá-se, precipuamente, pela entrada da Alemanha na modernidade. A Alemanha deixa de ser um império, para viver uma República, mas as mudanças culturais não ocorrem de uma só vez e, durante toda a República de Weimar, as idéias do Império convivem com as idéias da República.

O próprio escritor de Doutor Fausto, no início, era imperialista e não aceitava as idéias republicanas vigentes, sendo muito criticado por, depois, ter apoiado a República de Weimar. Vários autores, porém, da mesma forma que Thomas Mann, eram imperialistas ou não aceitavam idéias republicanas e democráticas, apoiando tais idéias apenas após acurada reflexão. Richard Thoma (2), por exemplo, foi hesitante, no início, mas, depois, defendeu a República de Weimar ardorosamente.

Nessa época, na Alemanha, a idéia de democracia não era uma idéia aceita por todos, havendo, inclusive, quem

pensasse que a democracia fizesse com que um Estado enfraquecesse, como relata Gerard Anschütz, sobre os “Três princípios norteadores da Constituição de Weimar (3)”.

Como causa e consequência de tais crises, numa retroalimentação contínua, a República de Weimar foi caracterizada por uma forte ação dos movimentos operários alemães.

2. O direito do trabalho e o movimento operário na República de Weimar

Apesar de ser um país com predomínio de conservadorismo, a Alemanha sempre foi um país com um movimento operário forte.

O primeiro partido dos trabalhadores alemães surgiu já no século XIX. Ainda que não se possa dizer que o direito do trabalho surgiu nesse momento, o próprio Bismarck promulgou algumas leis sociais setorializadas.

Em 1917, seiscentas greves eclodiram na Alemanha (4). Em 1918, os grevistas formavam conselhos de trabalhadores e de soldados, por todo o país.

Nessa época, havia, na Alemanha, três tendências sindicais principais: os sindicatos liberais, os sindicatos cristãos e os sindicatos livres (socialistas) (5), sendo os sindicatos livres socialistas, fundados em 1875, a organização mais importante, diante do número de seus associados – 350.000, em 1890, 2.573.818, em 1913 (6). De 1913 a 1922, as filiações aos sindicatos aumentaram significativamente (7).

Num primeiro momento, os sindicatos eram ilegais, mas a Constituição de Weimar consagrou a liberdade de coalizão, havendo um período de tolerância entre a ilegalidade e o reconhecimento constitucional.

Os sindicatos livres tiveram uma influência tão importante quanto o partido sobre a política constitucional dos socialistas. A maior parte dos juristas constitucionais eram ligados aos sindicatos, desde Hugo Sinzheimer a Franz Neumann. Uma separação entre o partido social-democrata e os sindicatos não era possível (8). Segundo Carlos Miguel Herrera, foi a crença em uma comunidade de trabalho, primeiramente, e, depois, diante do fracasso de tal comunidade, em uma democracia econômica, que marcou a interpretação constitucional sócio-democrata (9).

A formação dos conselhos operários facilitou um acordo entre os sindicatos principais e os empregadores. Nas semanas que precediam a Revolução de 1918, havia um esboço de sociedade, que se exprimia, principalmen-

te, no “pacto” entre Carl Legien, chefe do ADGB e Hugo Stinnes, o dirigente dos empregadores (10).

O acordo entre as federações nacionais dos empregadores e os sindicatos alemães (Vereinbarung zwischen den Arbeitgeberverbänden und den Gewerkschaften), de 15/11/1918, estabeleceu, entre outras coisas, os seguintes princípios e regras: sindicatos reconhecidos como representantes profissionais nomeados do operariado, liberdade de coalizão, sendo sua limitação ilícita, regras conjuntas e administração paritária, estabelecimento de condições de trabalho por meio de acordos coletivos de trabalho, comitê de operários em empresas (Arbeitsausschuß), com mais de 50 empregados, com objetivo de regular relações dentro da empresa, limitação da jornada de trabalho em 8h diárias, instituição de um comitê central (Zentralausschuß) para regular questões sobre os acordos coletivos de trabalho, com força impositiva das decisões de tal comitê acerca de controvérsias fundamentais que não forem contestadas em uma semana, regras sobre salário, instituição de comissões conciliadoras paritárias (Schlichtungsausschuß).(11)

Uma série de leis e regulamentos, estabelecidos pelo governo provisório de 23/12/1918, definiram o contrato coletivo de trabalho e estabeleceram a regulamentação de conflitos. Dessa forma, as convenções coletivas de trabalho se generalizaram, de maneira espetacular, nas empresas, naquela época (12).

3. Constituição de Weimar e direitos sociais

Com o estabelecimento da República, o SPD recrutou professores de direito, mas que eram, antes de tudo, professores de direito do trabalho ou direito penal. Isso explica porque o principal jurista socialista, na Assembleia de Weimar, era um especialista em direito do trabalho, Hugo Sinzheimer (13).

Antes da República de Weimar, o direito do trabalho era visto como uma parte do direito civil. Com a promulgação da Constituição de 11/08/1919, a democracia social inaugura uma nova relação com o direito constitucional (14). A Constituição de Weimar prevê uma primeira parte, tendo por objeto a organização do Estado, e uma segunda parte, com uma declaração de direitos fundamentais individuais e sociais. Para Franz Neumann, os direitos trabalhistas e demais direitos sociais previstos na Constituição providenciariam a liberdade de escolha dos trabalhadores. Conforme Gilberto Bercovici, “a Constituição de Weimar, na realidade, buscava estabelecer uma nova ordem econômica, alterando a existente na época de sua elaboração” (15).

Dentre os direitos trabalhistas, a Constituição alemã de 1919 prevê os seguintes direitos: nacionalização das normas trabalhistas, no art. 157, liberdade de associação, no art. 159, padrão internacional mínimo de direitos sociais, no art. 162, o direito ao trabalho, no art. 163, o reconhecimento das convenções coletivas de trabalho, a co-gestão nas empresas e a participação política nas decisões acerca da legislação social, no art.165.

Para Carlos Miguel Herrera, a Constituição de Weimar estabeleceu os direitos sociais em três níveis, quais sejam, instituição de direitos fundamentais, sociais e

econômicos, controle da ordem capitalista e estabelecimento de mecanismos de colaboração entre os trabalhadores e os empresários para regulamentação das condições de trabalho. Para o autor, a articulação desses três níveis permitiria aos sindicatos uma transformação social, possibilitando o alcance do socialismo (16).

4. Conselhos de empresa, conselhos econômicos, conselhos distritais de trabalhadores e Conselho Nacional dos Trabalhadores

A Alemanha é o primeiro país capitalista que teve uma representação institucionalizada dos trabalhadores na empresa (17), dispondo a Constituição de Weimar, em seu art.165, da seguinte forma:

“ART. 165 - Os operários e empregados são chamados a colaborar, em igualdade de direitos, com os empresários, na regulação das condições de salário e trabalho, assim como na evolução econômica geral das forças produtivas. São reconhecidas as organizações de ambas as categorias e bem assim as convenções que celebrarem entre si.

Para salvaguarda de seus interesses sociais e econômicos, os operários e empregados mantêm representantes legais nos conselhos de empresa, bem como, de acordo com os setores econômicos, em Conselhos Distritais de Trabalhadores e num Conselho Nacional de Trabalhadores.

Os Conselhos distritais de Trabalhadores e o Conselho Nacional de Trabalhadores, para o cumprimento das tarefas econômicas gerais e para a colaboração na execução das leis de socialização, reúnem-se com os representantes dos empresários, e bem assim com os dos grupos sociais interessados, em Conselhos Distritais Econômicos e num Conselho Econômico Nacional. Os Conselhos Distritais Econômicos e o Conselho Econômico Nacional devem ser organizados de forma que todos os grupos profissionais relevantes, segundo sua importância econômica e social, sejam neles representados.

Projetos de lei de fundamental importância em matéria de política social e de política econômica devem ser submetidos, previamente à sua apresentação, à consideração do Conselho Econômico Nacional. O Conselho Econômico Nacional tem também a iniciativa dessas leis. Se o Governo federal não estiver de acordo com esses projetos de lei, tem o direito de submeter sua opinião à consideração da Assembleia Nacional. O Conselho Econômico Nacional, por intermédio de um de seus membros, pode defender seu projeto de lei perante a Assembleia Nacional (Reichstag)(18).”

Segundo Neumann, o art. 165, ao estabelecer o direito coletivo de associação sindical como direito fundamental, tem importância decisiva para a realização da Constituição Econômica (19). O poder diretivo do empregador é limitado pelos conselhos de empresa.

O conselho econômico nunca foi criado oficialmente. Em 1920, foi criado um conselho econômico provisório, com poder de examinar os projetos de lei que fossem importantes em matéria econômica, com competência meramente consultiva. Conforme Fraenkel, “è difficile trattenere un amaro sorriso quando vi si lege che i con-

sigli circonscrizionali del lavoro (Bezirsarbeitsräte) ed il consiglio del lavoro del Reich (Reichsarbeitserrat) devono dare pratica attuazione alle leggi di socializzazione, che operai ed impiegati partecipano, su un piano di parità di diritti, non solo alla determinazione delle condizioni economiche e di lavoro ma anche all'intero sviluppo economico del sistema produttivo (20)''

Os primeiros conselhos de empresa foram criados em 1920, mediante a Lei de 04/02/1920. Era obrigatório em todas as empresas com mais de 20 empregados, com as atribuições principais de observar a execução da legislação, colaborar para fixar salários e fixar condições de trabalho, em conjunto com o sindicato e com os empregadores. Era prevista, também, uma Assembléia de Empresa, convocada pelo empregador ou por um quarto dos empregados.

Quanto a tais conselhos, havia a idéia, comungada por Herrera, de que eles reforçariam a representação dos trabalhadores e fariam uma comunhão entre os interesses dos empregados e empregadores.

A participação dos sindicatos, na Alemanha, foi forte nos Conselhos de empresa, mas não nos conselhos econômicos. Os conselhos de empresa acabaram por ampliar a esfera de poder dos trabalhadores nas fábricas.

As atribuições dos conselhos eram condicionadas à finalidade da empresa e à paz dentro da empresa. O conselho não poderia participar de greve, porque não era órgão dos trabalhadores apenas.

Os conselhos foram alvos de insatisfações tanto por parte do empresariado, que não concordava com a co-gestão, quanto por parte dos trabalhadores, que acreditavam que os conselhos só serviam para esvaziar os sindicatos.

Segundo Fraenkel, tais conselhos foram moldados para uma economia coletiva que não existia, não sendo possível, portanto, a efetivação da co-gestão (21). Apesar disso, também não serviram para esvaziar os sindicatos, na medida em que eram os sindicatos quem, efetivamente, controlavam os conselhos de empresa (22). Nas palavras de Fraenkel, os conselhos de fábrica acabaram por se tornar a "longa manus" do sindicato dentro da fábrica (23).

5. Enfraquecimento dos sindicatos

Depois da consolidação das relações de propriedades capitalistas e democráticas, ocorreu certa estabilidade econômica. Vários fatores surgiram, porém, desestabilizando a economia e aumentando o desemprego, como a crise de 1930 e as consequências nefastas do Tratado de Versalhes, como preconizado por Keynes, em sua obra intitulada *As consequências econômicas da paz*.

Além disso, com a industrialização, muitos trabalhadores foram para a cidade, aumentando a pobreza e desemprego (24). No outono de 1923, 70% dos trabalhadores estavam sem emprego, a produção da indústria atingiu apenas 20% do nível de 1913 e a fome e miséria alcançaram grande parte da população. A média real do salário semanal era 30% do que era em 1913. A esperança de reformas sociais efetivas diminuiu (25).

Segundo Celso Lafer, um Estado que se sobrepõe a uma sociedade pluralista pode sobreviver somente sob a

condição de que o pacto social seja continuamente renovado e legitimado. É por isso que a renovação dos contratos coletivos de trabalho é um momento dramático na vida de um Estado industrial moderno (26). Com a crise de 1930 e o consequente desemprego em massa, os empregadores industriais romperam com o pacto de 15/11/1918.

Em 30/01/1933, acaba a República de Weimar.

6. Considerações finais

Os sindicatos livres (socialistas) desenvolveram uma política de colaboração com o capital, por meio da idéia de uma comunidade de trabalho (Arbeitsgemeinschaft), que implicava a regulamentação das relações entre capital e trabalho, sobre uma base de representação paritária e implicava, da parte dos trabalhadores socialistas, o abandono da socialização imediata. O princípio do trabalho, coletividade e solidariedade conteve a validade do princípio dominante do capitalismo e não obstante já era visível um pedaço do futuro de uma outra sociedade (27).

Os representantes socialistas, na Assembléia de Weimar, propuseram uma profunda democratização da Justiça, pleiteando a supressão das jurisdições especiais e a instalação de tribunais populares, ao lado dos juízes profissionais, mas sem chegar a uma completa ruptura da tradição liberal do poder judiciário, contrariamente aos socialistas independentes, que exigiam a substituição de todo o aparelho judiciário por tribunais populares (28).

A constituição de Weimar reconheceu uma série de direitos fundamentais sociais e econômicos como o direito ao trabalho, no art. 163, direito à proteção do trabalho, em seu art. 157, direito à moradia, no art. 155, direito à proteção da saúde, no art. 161 e direito à coalizão, no art. 159, prevendo um mecanismo de colaboração entre trabalhadores e empregadores para a regulamentação de salários e condições de trabalho, bem como para o desenvolvimento geral das forças produtivas, mediante a forma de conselhos econômicos, com funções de proposição legislativa e de controle em matéria de política social e econômica (29), sendo os Conselhos nas empresas a questão mais original da Constituição econômica de Weimar.

O direito de liberdade sindical, na Constituição de Weimar, era a garantia de um processo de transformação (30). Tratava-se de um compromisso dinâmico, que dava ao partido e aos sindicatos uma dupla base institucional, o Parlamento e os conselhos de empresa, com o intuito de se possibilitar um avanço ao socialismo, que dependia, apesar de tudo, da evolução das forças produtivas (31).

Os empregados depositavam suas esperanças no movimento trabalhador e estavam prontos a se organizar, especialmente os trabalhadores rurais, os do setor público e as mulheres (32).

Os sindicalistas e socialistas procuraram fazer a transição do capitalismo para o socialismo, no plano jurídico, por meio do desenvolvimento do direito do trabalho e, principalmente, por meio dos contratos coletivos de trabalho, que tinham como pressuposto necessário o reconhecimento institucional dos sindicatos e de seu papel no processo econômico (33) e tiveram um forte papel na República de Weimar, no tocante a uma possibi-

lidade de transformação na ordem econômica, sendo vistos como a grande vanguarda, mas não foram suficientes para manter a república, diante da crise mundial que assolou o mundo na época, elevando o desemprego a patamares insuportáveis, diante da desilusão das classes trabalhadoras, que não conseguiam obter grandes mudanças, após o rompimento do pacto de 1918 e diante do medo da classe dominante, que acreditava que os sindicatos e partidos de esquerda queriam, em verdade, estabelecer o comunismo na Alemanha.

Notas de Rodapé

1. O Tratado de Versalhes é o primeiro instrumento de direito internacional público a conter uma “cláusula de culpa” de um país.

2. Caldwel, Peter in JACOBSON, Arthur J e SCHLINK, Bernhard (eds). Weimar: A jurisprudence of crisis. Berkeley/London, University of California Press, 2000, p.153.

3. ANSCHÜTZ, Gerard “Three guiding principles of the Weimar Constitution” JACOBSON, Arthur J e SCHLINK, Bernhard (eds). Weimar: A jurisprudence of crisis. Berkeley/London, University of California Press, 2000, p.153.

4. RICHARD, Lionel. A República de Weimar (1919-1933). São Paulo, Companhia das Letras/ Círculo do livro, p.18.

5. LUTTRINGER, Jean-Marie. La place dy syndicat dans l'entreprise allemande. Paris, Economica, 1979, p.23.

6. LUTTRINGER, Jean-Marie. “Op.cit”, p.24.

7. “L'évolution des syndicats libres et caractérisée par la croissance rapide des effectifs: 300.000 adhérents en 1892, 2.500.000, en 1913; le développement de l'appareil syndical – 3.500 fonctionnaires syndicaux rétribués dont de nombreux ‘technocrates’ de formation universitaire -; la préférence de l'action parlementaire, des négociations collectives et des oeuvres sociales aux mouvements de grève. En 1912, 10.520 conventions collectives sont applicables dans 183.232 entreprises à 1.552.827 salariés. Entre 1891 et 1909, les syndicats ne dépensent que 117.662.844 Mark pour les grèves, alors qu'avant 1890, l'essentiel des finances était affectées in LUTTRINGER, Jean-Marie. La place dy syndicat dans l'entreprise allemande. Paris, Economica, 1979, p.31.

8. LUTTRINGER, Jean-Marie. “Op.cit.”, p.7.

9. “c'est leur croyance à une communauté du travail d'abord, puis, devant son échec, à une démocratie économique qui marqueront en quelque sorte l'interprétation constitutionnelle social-démocrate” in HERRERA, Carlos Miguel (org). Les juristes de gauche sous la République de Weimar. Paris, Kimé, 2002, p. 31.

10. Les syndicats ‘libres’(socialistes) avaient avancé une politique de collaboration avec le capital à travers l'idée d'une communauté de travail (Arbeitsgemeinschaft), qui impliquait notamment la réglementation des rapports entre le capital et le travail sur une base de représentation paritaire et impliquait, de la part des ouvriers socialistes, l'abandon de la socialisation immédiate. HERRERA, Carlos Miguel (org). Les juristes de gauche sous la République de Weimar. Paris, Kimé, 2002, p. 32.

11. LONGERICH, Peter (org) Die Erste Republik. Dokumente zur Geschichte des Weimarer Staates. Munique/ Zurich. Piper, 1992, pp. 60/61.

12. HERRERA, Carlos Miguel (org). Les juristes de gauche sous la République de Weimar. Paris, Kimé, 2002, p. 36.

13. HERRERA, Carlos Miguel (org). “op.cit.”, p. 29.

14. HERRERA, Carlos Miguel (org). “op. cit.”, p. 29.

15. BERCOVICI, Gilberto. *Constituição e Estado de exceção permanente. Atualidade de Weimar*. Rio de Janeiro, Azougue editorial, 2004, p.39.

16. “L'articulation de ces trois niveaux exprime en quelque sorte un modèle juridique de transformation sociale, donnant aux syndicats une place centrale par l'établissement de conseils d'entreprise qui forment une base constitutionnelle pour une éventuelle politique de socialisation.” in HERRERA, Carlos Miguel (org). Les juristes de gauche sous la République de Weimar. Paris, Kimé, 2002, p. 35.

17. LUTTRINGER, Jean-Marie. La place dy syndicat dans l'entreprise allemande. Paris, Economica, 1979, p.11.

18. COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 3. ed. São Paulo, Saraiva, 2003, p.195.

19. “l'art.165, che al comma I pone i fondamenti del diritto collettivo di coalizione, há importanza decisiva período la realizzazione della costituzione economica e del lavoro”. NEUMANN, Franz L. Il diritto del lavoro fra deomrazia e dittatura. Società editrice il Mulino, 1985, p.136.

20. FRAENKEL, Ernst, KAHN-FREUND, Otto, KORSCH, K., NEUMANN, F e SINZHEIMER, H. Laboratorio Weimar. Conflitti e diritto del lavoro nella germania prenazista, p.96.

21. Nesse sentido, FRAENKEL, Ernst in FRAENKEL, Ernst, KAHN-FREUND, Otto, KORSCH, K., NEUMANN, F e SINZHEIMER, H. Laboratorio Weimar. Conflitti e diritto del lavoro nella germania prenazista.: “gli estensori della costituzione e della lege sui consigli d'azienda (che è solo una legge di attuazione del dettato costituzionale) hanno evidentemente sopravvalutato i tempi dello sviluppo economico modellando le funzioni della rappresentanza aziendale su una situazione economica prefigurata come più forte di quanto non sai effettivamente dimostrata e nella quale l'economia privata capitalistica avrebbe dovuto esse soppiantata dall'economia collectivita.

22. Nesse sentido, BERCOVICI, Gilberto. “Op.cit”, p.49.

23. FRAENKEL, Ernst, KAHN-FREUND, Otto, KORSCH, K., NEUMANN, F e SINZHEIMER, H. Laboratorio Weimar. Conflitti e diritto del lavoro nella germania prenazista, p.97.

24. KÜHNEL, Reinhard. Die Weimarer Republik. Hamburg, Rowohlt, 1985, p.139.

25. KÜHNEL, Reinhard. Die Weimarer Republik. Hamburg, Rowohlt, 1985.

26. LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p.72.

27. KÜHNEL, Reinhard. Die Weimarer Republik. Hamburg, Rowohlt, 1985.

28. HERRERA, Carlos Miguel (org). “op.cit.”, p. 34.

29. HERRERA, Carlos Miguel (org). “op.cit.”, p. 35.

30. HERRERA, Carlos Miguel (org). “op.cit.”, p. 35.

31. HERRERA, Carlos Miguel (org). “op.cit.”, p. 35.

32. KÜHNEL, Reinhard. Die Weimarer Republik. Hamburg, Rowohlt, 1985, p.166.

33. HERRERA, Carlos Miguel (org). Les juristes de gauche sous la République de Weimar. Paris, Kimé, 2002, p. 32

(*) Juíza do Trabalho Substituta do TRT da 15ª Região